



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS ARAGUATINS
CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO

KALLINFEN LOHAYNNE DE SOUSA SILVA

SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS, UM AMBIENTE DE APOIO AO
ENSINO-APRENDIZAGEM DA PESSOA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS: visão dos professores da rede municipal de ensino de Araguatins/TO

ARAGUATINS

2018

KALLINFEN LOHAYNNE DE SOUSA SILVA

**SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS, UM AMBIENTE DE APOIO AO
ENSINO-APRENDIZAGEM DA PESSOA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS: visão dos professores da rede municipal de Araguatins/TO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à coordenação do curso de
Licenciatura em Computação do Instituto
Federal de Educação, ciência e Tecnologia
do Tocantins – *Campus* Araguatins, parcial
para obtenção do grau de Licenciada em
Computação

Orientador: Prof. Me.: Lucinalva Ferreira

ARAGUATINS

2018

Silva, Kallifen Lohayne de Sousa

Sala de recursos multifuncionais, um ambiente de apoio ao ensino-aprendizagem da pessoa com necessidades educacionais especiais: visão dos professores da rede municipal de Araguatins/TO/ Kallifen Lohayne de Sousa Silva - Araguatins, 2018.

60 f.

Monografia (Licenciatura em computação) - Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins - *Campus Araguatins*, 2018.

Orientadora: Prof. Me. Lucinalva Ferreira.

1. Sala de recursos multifuncionais. 2. Aee. 3. Pessoa com nee.
I. Sala de recursos multifuncionais, um ambiente de apoio ao ensino-aprendizagem da pessoa com necessidades educacionais especiais: visão dos professores da rede municipal de Araguatins/TO.

KALLINFEN LOHAYNNE DE SOUSA SILVA

**SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS, UM AMBIENTE DE APOIO AO
ENSINO-APRENDIZAGEM DA PESSOA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS: visão dos professores da rede municipal de Araguatins/TO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação do curso de licenciatura em computação do Instituto Federal do Tocantins – *Campus Araguatins*, como exigência à obtenção do grau de Licenciada em Computação.

Aprovado em: _____ / _____ / _____

BANCA AVALIADORA

Prof. Me. Lucinalva Ferreira - Orientador
IFTO – *Campus Araguatins*

Prof. Me. Ramásio Ferreira de Melo
IFTO – *Campus Araguatins*

Prof. Esp. José Mendes de Menezes Junior
FAIARA – Faculdade Integrada de Araguatins

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, que sempre esteve ao meu lado, em especial ao meu filho, o bem mais precioso que possuo e pelo qual luto todos os dias para dar sempre o melhor de mim em tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me permitiu chegar até aqui, e concluir mais essa etapa da minha jornada. Agradeço também a minha família, em especial a minha mãe que foi a minha base durante toda a minha vida, e durante a construção desse trabalho não foi diferente, sempre me apoiou e ajudou de todas as formas possíveis, obrigado mãe.

Quero agradecer também a minha orientadora Lucinalva Ferreira que me orientou durante toda a trajetória e elaboração deste trabalho, com paciência e sabedoria.

Agradeço também a todos os professores que fizeram parte da minha vida acadêmica, pelos ensinamentos valiosos, e por compartilharem seus conhecimentos comigo e com meus colegas de turma, nos incentivando a sermos os melhores alunos possíveis, para no futuro sermos os melhores profissionais que podemos ser.

E por fim, agradeço também aos meus colegas de classe, com quem compartilhei experiências e momentos que levarei para toda a vida, em especial as minhas melhores amigas com quem convivo desde de que me entendo por gente, colegas de faculdade e de vida que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos, Karen Hingrid e Paula Meirelles Obrigada!

RESUMO

A sala de recursos multifuncionais (SRM) é um ambiente que deve proporcionar o desenvolvimento dos conhecimentos aos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), buscando o enriquecimento do currículo, oferecendo alternativas para que estes alunos ultrapassem as barreiras impostas por necessidade educacional especial, possibilitando assim que esses tenham melhores resultados no seu processo de ensino aprendizagem. Observando a importância das salas de recursos multifuncionais no processo de ensino das pessoas com Necessidades educacionais especiais, o presente trabalho teve como objetivo analisar todos os aspectos do atendimento na sala de recursos multifuncionais da rede municipal de ensino de Araguatins, e entender como esse atendimento auxilia no processo de ensino-aprendizagem da pessoa com necessidade educacional especial. Para isso discutiu-se sobre o histórico da educação especial desde seu marco inicial até o presente século. Evidenciou-se todos os aspectos que permeiam o Atendimento educacional especializado e a sala de recursos multifuncionais no geral, possibilitando assim uma melhor concepção de como deve ser a dinâmica pedagógica de funcionamento e de atendimento nesses ambientes. Foi elaborado uma pesquisa de campo em 2(duas) escolas municipais, através de questionários e observação dos sujeitos da pesquisa *in loco*. Os sujeitos da pesquisa foram 10(dez) professores, tanto os da sala comum, quanto os da sala de recursos. Foi possível identificar através da pesquisa que as escolas enfrentam diversas problemáticas, como problemas com transporte escolar, falta de materiais e infraestruturas defasadas, atendimento de alunos no turno inadequado e a não participação ativa dos pais na vida escolar dos filhos, problemas esses que afetam diretamente o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Porém apesar de todas as problemáticas enfrentadas o atendimento na sala de recurso consegue render frutos positivos na aprendizagem dos alunos e no seu desenvolvimento de forma integral, portanto pode-se afirmar que a sala de recurso multifuncional é um elemento de suma importância para o processo de ensino aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais da rede de ensino municipal de Araguatins.

Palavras-chave: Sala de recursos multifuncionais. AEE. Pessoa com NEE.

ABSTRACT

The Multifunction Resource Room (SRM) is an environment that must provide the development of knowledge to students with special educational needs (SEN), seeking to enrich the curriculum, offering alternatives for these students to overcome the barriers imposed by special educational need, so that they have better results in their teaching-learning process. Noting the importance of multifunctional resource rooms in the process of teaching people with special educational needs, the present study had as objective to analyze all aspects of the attendance in the room of multifunctional resources of the municipal network of education of Araguatins, and to understand how this assistance helps in the teaching-learning process of the person with special educational need. For this we discussed the history of special education from its inception to the present century. All the aspects that permeate the specialized Educational Attendance and the room of multifunctional resources in general were evidenced, thus enabling a better conception of how the pedagogical dynamics of functioning and care in these environments should be. A field survey was conducted in two (2) municipal schools, through questionnaires and observation of the subjects of the in loco survey. The subjects of the research were 10 (ten) teachers, both those in the common room and those in the resource room. It was possible to identify through the research that the schools face several problems, such as problems with school transportation, lack of materials and lagged infrastructures, attendance of students in the inadequate shift and the active nonparticipation of parents in the children's school life, problems that directly affect the teaching-learning process of the students. However, despite all the problems faced, the attendance in the resource room can yield positive results in the students' learning and in their development in an integral way, so it can be said that the multifunctional resource room is an element of paramount importance for the process of teaching learning of students with special educational needs of the municipal education network of Araguatins.

Keywords: Multifunctional resource room. AEE. Person with special educational needs.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - A SRM atinge seu objetivo.....	39
Gráfico 2 - Período de maior frequência dos alunos.....	41
Gráfico 3 - Sobre os materiais disponíveis na SRM.....	42
Gráfico 4 - Articulação entre o professor de AEE e o professor da sala comum	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil dos professores da Escola A.....	37
Tabela 2 - Perfil dos professores da Escola B	38
Tabela 3 - Resultados e mudança nos alunos após o AEE (Escola A)	46
Tabela 4 - Resultados e mudança nos alunos após o AEE (Escola B)	47
Tabela 5 - Sobre a participação dos pais na vida escolar (Escola A).....	47
Tabela 6 - Sobre a participação dos pais na vida escolar (Escola B)	48

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CENESPE	Centro Nacional de Educação Especial
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
SECADI Inclusão	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e
SRM	Sala de Recurso Multifuncional
UE	Unidade Escolar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Problematização	15
1.2 Objetivos	16
1.2.1 Objetivo Geral	16
1.2.2 Objetivos Específicos	16
2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	18
2.1 Atendimento educacional especializado (AEE): O que é? Como funciona? Qual sua importância?	25
2.1.1 Plano para o AEE	28
2.1.2 Organização e Acompanhamento do AEE	29
2.2 Atendimento na Sala de Recursos Multifuncionais	30
2.2.1 Alunos atendidos na SRM	32
2.2.2 Perfil do profissional para atuar na Sala de Recursos Multifuncionais	33
3 METODOLOGIA	35
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS.....	52
APÊNDICE A - Questionário usado na coleta de dados da pesquisa	54
APÊNDICE B - Termo de consentimento livre e esclarecido da pesquisa	57
APÊNDICE C - Declaração de instituição participante da pesquisa	59

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da história as pessoas com deficiência foram consideradas subumanas, sem direito nem mesmo de viver, sendo às vezes abandonadas ou eliminadas. Com o passar dos séculos e com o advento do cristianismo passaram a ser consideradas cristãs e “filhas de Deus”. Mesmo assim a luta pela igualdade de direitos sociais foi árdua e ainda é enfrentada até hoje. Como afirma Rodrigues (2008, p.8):

Com o cristianismo estas pessoas ganharam alma e, eliminá-las ou abandoná-las significava atentar contra os desígnios da divindade. Assim, ao longo da idade média são consideradas “filhos de Deus” (anjos retratados em pinturas da época possuíam características de síndrome de Down). Todavia, a igualdade de status moral ou teológico não correspondia à igualdade civil e de direitos. A pessoa com deficiência mental passa a ser acolhida caritativamente em conventos ou igrejas, ou, quando a deficiência não era acentuada, sobrevivia na família, escapando à exposição (prática do abandono à inanição ou servindo como palhaços ou atrações em circos).

Acreditava-se que a pessoa com deficiências era um ser incapaz e sem serventia para a sociedade. Hoje sabe-se que essas ideias eram totalmente equivocadas.

Mesmo com a evolução das ideias disseminadas no século passado sobre as deficiências e com toda evolução da educação especial e inclusiva, quando se toca no assunto, ainda é possível perceber que existem muitas pessoas com ideias distorcidas sobre as deficiências e a pessoa com deficiência.

Desta forma, acreditam, portanto, que uma pessoa com deficiência não tem capacidade de realizar as mesmas atividades e adquirir as mesmas habilidades de uma pessoa que “não tem” nenhuma deficiência. O que obviamente não é verdade, pois a deficiência apenas dificulta a realização de algumas atividades ou funções, sejam na vida cotidiana ou escolar, isso não quer dizer que a pessoa deficiente seja um incapaz.

A pessoa deficiente é totalmente capaz e habilitada para realizar quase todas as atividades de uma pessoa dita normal. A única diferença talvez se dê no tempo que essa pessoa usará para realizar determinada atividade.

A deficiência é apenas uma limitação singular de determinada pessoa, é o que a torna uma pessoa única no mundo, e assim o deficiente tem suas particularidades, até mesmo as pessoas sem deficiências têm características que as

tornam diferentes umas das outras, no vasto universo de diferenças existentes na sociedade.

Conseqüentemente, a pessoa com deficiência não pode ser tratada como alguém sem capacidade apenas pela deficiência que possui, já que essa característica proporciona-lhe apenas uma dificuldade de realizar determinadas atividades, assim como todos os seres humanos, que possuem dificuldades e nem por isso são considerados incapazes.

Deve-se entender que a capacidade de cada ser humano está ligada diretamente à forma em que este é estimulado e trabalhado. Quando estimulada continuamente a desenvolver suas capacidades e habilidades, essa pessoa evidentemente desenvolver-se-á e independentemente da deficiência ou não. Como afirma Smith (2008), o modo como uma pessoa é tratada pode influenciar diretamente no seu desenvolvimento, podendo-a e levando a ser uma pessoa dependente.

As influências negativas que ocorrem devido à forma que uma pessoa é tratada, podem acontecer com qualquer ser humano, não apenas com aqueles que possuem deficiências. A afirmação feita por Smith só reforça a ideia de que a incapacidade está mais ligada à falta de estímulo e ao descaso por parte de terceiro, do que realmente à deficiência que uma pessoa possui.

A principal desvantagem de uma pessoa com deficiência, por incrível que pareça, não é a deficiência em si, mas a forma que eles estes tratados pela escola, pelos colegas, pela família e também pela sociedade, que os tratam como seres que possuem limitações que não podem ser superadas, o que automaticamente os tornam inferiores às demais pessoas, ou seja, são desacreditados. Uma parcela da sociedade acredita que a pessoa com deficiência não deve ser apenas integrada na sociedade, assim como um artigo de decoração que se coloca em uma sala, estes devem ser incluídos de forma a tornarem-se cidadãos ativos e produtivos na sociedade.

E para que isso aconteça é necessário dissipar o conceito de que deficiência é sinônimo de incapacidade. Os dois termos têm conceitos totalmente distintos e não estão atrelados um ao outro, pois qualquer ser humano quando devidamente estimulado a desenvolver-se pode torna-se um ser humano capaz e ativo para vida em sociedade.

Portanto, é de suma importância que a sociedade proporcione a inclusão da pessoa com deficiência em todos os campos: na escola, no convívio social e principalmente na família, para que esta torne-se palpável e possível de modificar a realidade da educação especial e do atendimento educacional especializado oferecido a essas pessoas.

Não é de hoje que se busca a educação voltada para atender às diversidades humanas, desta forma, o ensino especial tem crescido consideravelmente ao longo dos anos, iniciando-se com uma educação segregada que surgiu no Brasil em meados do século XIX, quando se despertou a preocupação em atender educacionalmente as pessoas com deficiência. Nesse modelo de educação os alunos eram ensinados de forma particularizada nas chamadas escolas especiais, onde tinham apenas alunos com deficiências. Estes não tinham direito de frequentar a escola regular de ensino e, portanto, não tinham contato com uma gama variada de conhecimentos e de experiências, que são necessárias ao desenvolvimento cognitivo e social de qualquer pessoa. Segundo (CAPELLINI, 2006, p.03)

Neste sentido a educabilidade de tais pessoas ficava reduzida a iniciativa da área médica e, geralmente acontecia em instituições religiosas ou filantrópicas, com o consentimento governamental, mas sem qualquer tipo de envolvimento do poder público. Nesta época esperava-se que as práticas educativas especiais curariam as deficiências, gerando comportamentos normalizados.

Considerando a inadequação da educação segregada, surgiu então a integração escolar das pessoas com deficiências nas salas do ensino regular, segundo Mantoan (2003) no ano de 1969 começava a emergir nos países nórdicos movimentos que defendiam a integração de alunos com deficiência nas escolas.

De acordo com Capellini (2006) a integração despontou apenas para eliminar a exclusão social sofrida pelas pessoas com deficiência durante séculos da história humana, e mesmo as instituições sendo especializadas para esse atendimento ainda ocorria o processo segregatório e de exclusão. Nesse modelo de educação, os alunos eram apenas colocados nas escolas, onde deviam adaptar-se ao ambiente e a convivência escolar como um todo.

Dessa forma o aluno não era inserido completamente no processo de ensino inclusivo, pois esse modelo de educação oferecia serviços educacionais

separados, e o aluno transitava no sistema de ensino entre as escolas especiais e as regulares, o que acabou culminando numa inserção parcial do aluno com deficiência no processo de ensino.

Devido à ineficiência do modelo de integração escolar da pessoa com deficiência no ensino regular, surgiu a concepção de inclusão dos alunos com deficiência, pois ao contrário da integração, a inclusão nas escolas de ensino regular prevê a sua inserção de maneira radical, onde todos os alunos sem exceção devem frequentar o sistema regular de ensino. A escola inclusiva deve atender e adequar-se às necessidades de todo e qualquer aluno, além de permitir o acesso e a autonomia destes no processo de ensino-aprendizagem.

Assim os alunos com deficiência, sejam crianças, adolescentes ou adultos, têm cada vez mais possibilidades de acesso a um sistema educacional igualitário que possa oferecer uma educação digna e completa.

Um dos elementos mais importantes que devem ser oferecidos pelas escolas que buscam a inclusão é a disponibilização de um espaço em que os alunos desenvolvam suas habilidades pedagógicas e sociais, através de ferramentas e tecnologias assistivas que possibilitem trabalhar as dificuldades pedagógicas necessárias para o desenvolvimento do currículo pedagógico, a autonomia além de facilitar a acessibilidade do aluno com deficiência na escola regular.

Destarte, de nada vale estimular apenas dentro do ambiente escolar, pois a inclusão deve proporcionar o desenvolvimento de cidadãos capazes e ativos, e para isso eles devem ser estimulados também nas interações pessoais e familiares.

A sala de recursos multifuncionais (SRM) é o ambiente em que ocorre o atendimento Educacional Especializado (AEE), atendimento esse que acontece no turno contrário ao qual o aluno através de metodologias pedagógicas aliadas às tecnologias assistivas, a fim de possibilitar o desenvolvimento, tanto das habilidades cognitivas quanto a autonomia do aluno.

O trabalho em questão tratará de aspectos relevantes sobre as salas de recursos multifuncionais e do atendimento educacional especializado, bem como a importância da utilização destes meios para a construção do conhecimento da pessoa com deficiência.

1.1 Problematização

Este trabalho está embasado e será escrito a fim de analisar todos os aspectos e possíveis soluções para o seguinte problema: como o atendimento na sala de recursos multifuncionais da rede municipal de ensino de Araguatins auxilia no processo de ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender como o Atendimento Educacional Especializado promove a complementação ou suplementação de conteúdos curriculares oriundos das classes de ensino regular de modo a auxiliar a construção dos conhecimentos, habilidades e autonomia da pessoa com necessidades educacionais especiais.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar a dinâmica do Atendimento Educacional Especializado (AEE) através da Salas de Recursos Multifuncionais;
- Descrever as práticas do Atendimento Educacional Especializado na rede municipal de Araguatins /TO;
- Analisar a efetividade do AEE através das SRMs na rede municipal de ensino na cidade de Araguatins /TO.

1.3 Justificativa

A educação inclusiva tem como propósito a inserção da pessoa com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino regular, através da adaptação de espaços que facilitem o ensino-aprendizagem, e o acesso dos alunos ao conhecimento de maneira igualitária.

Para atender de forma inclusiva, é imprescindível que a escola proporcione o atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência, seja na própria escola ou em outra instituição. Esse atendimento deve ser realizado na SRM em contra turno ao ensino da classe regular, sendo de suma importância para o desenvolvimento das habilidades cognitivas dos alunos, a autonomia, produção e a apropriação de conhecimentos.

Com esta pesquisa foi possível estudar a relevância da sala de recursos multifuncionais e do atendimento educacional especializado na construção do conhecimento da pessoa com deficiência, e entender a concepção dos professores acerca do assunto, mostrando como a utilização desses recursos realmente auxilia na prática da convivência escolar.

Acredita-se que este trabalho trouxe contribuições para entender como o atendimento educacional especializado acontece, bem como difundir a importância da sala de recursos multifuncionais, e qual sua verdadeira relevância e problemas, permitindo assim o uso mais consciente e adequado da SRM e do atendimento realizado nela.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Desde o início da história da sociedade as deficiências foram vistas como algo fora da naturalidade humana, o que levou as pessoas com deficiência a serem tratadas de forma desumana e segregada. Mesmo na atualidade, onde se defende a inclusão das pessoas com deficiência, é possível afirmar que muitas dessas pessoas ainda são tratadas de maneira segregada e excludente, vivendo à margem da sociedade.

Todavia, muitos casos documentados de abuso e abandono de crianças com deficiência ocorrem ainda hoje. Muitos relatos, sobretudo no terceiro mundo e em países em desenvolvimento (incluindo membros da ex-União Soviética), revelam as péssimas condições dos orfanatos e das instituições onde crianças com deficiência são mantidas até sua morte (BENNETT, 1997; POWELL e DLUGY, 1998 *apud* SMITH, 2008, p. 30).

A partir dessa afirmação, percebe-se claramente que ainda existem sim, alguns casos de tratamentos inadequados e desumanos para as pessoas com deficiências, onde estas não são apenas consideradas como seres incapazes, mas também como seres descartáveis e desnecessários para a vida em sociedade.

Devido à segregação e ao descaso que aconteceu e ainda acontece, o desenvolvimento das capacidades e habilidades das pessoas com deficiência, por muito tempo não era considerado de importância substancial e desta forma, muitos foram vistos como incapazes, não pela sua incapacidade mental ou física, mas simplesmente pelo abandono sofrido pela sociedade.

A primeira instituição voltada para atender pessoas deficientes, que se tem registro, surgiu no século XIII na Bélgica, como afirma Rodrigues (2008, p.9)

No século XIII, surge a primeira instituição para pessoas com deficiência, precursora de atendimento sistemático. Era uma colônia agrícola, na Bélgica, que propunha o tratamento com base na alimentação, exercícios e ar puro para minimizar os efeitos da deficiência.

Passando para a idade moderna, um dos importantes marcos foi a revolução causada por John Locke no século XVII, nas doutrinas existentes naquela época sobre a mente humana e suas funções. “Segundo Locke, um bebê recém-nascido é idiota, eram como *“tabula rasa”*, ou seja, os dois estavam prontos a aprender com as interações e experiências oferecidas pelo ambiente que estão inseridos” (RODRIGUES, 2008, p.10). A partir desta afirmação surge a concepção

de que a criança com deficiência precisa dos mesmos estímulos que qualquer outra criança para aprender e desenvolver-se.

Já na idade contemporânea é possível destacar como um dos principais autores Itard, que com seus trabalhos apresentou o primeiro programa sistemático de Educação Especial (1800).

Segundo Corrêa (2010), Itard pode ser considerado o pai da educação especial, pois foi pioneiro a dedicar uma significativa parte da sua vida para atender aos débeis ou deficientes mentais com técnicas sistematizadas desenvolvidas e estudadas por ele, além disso desenvolveu também estudos voltados para gagueira, educação oral e audição de pessoas surdas-mudas.

Dessa forma, Itard escreveu um relato sobre a metodologia usada com o menino Victor, o selvagem de Aveyron. Segundo (SMITH,2008) o caso de Victor aconteceu no ano de 1799 com um menino que provavelmente por sua deficiência foi abandonado para morrer em uma floresta no sul da França. Ele foi levado por caçadores que o entregaram ao médico Jean-Marc-Gaspard Itard, considerado o pai da educação especial.

Era possível que o garoto tivesse um retardo mental, bem como carências ambientais. Muitas pessoas achavam que não havia esperança para o caso, mas Itard, acreditando na força da educação, responsabilizou-se pela tarefa de ensinar a Victor tudo o que as crianças aprendiam, seja em casa na escola. Ele, com cautela, usou técnicas de desenho para ensiná-lo a falar algumas poucas palavras, andar na posição vertical, comer fazendo uso de pratos e talheres e interagir com outras pessoas. (SMITH, 2008, p. 32).

Outro marco importante na educação especial e conseqüentemente na inclusão da pessoa com deficiência aconteceu nos Estados Unidos, com a introdução das ideias trazidas por Edouard Seguin, discípulo de Itard e que publicou um livro voltado ao tratamento das necessidades das crianças com deficiência, a partir da educação especial, no ano de 1876.

No ano de 1876, Seguin participou da fundação da maior e mais antiga associação profissional interdisciplinar no campo da deficiência mental, que agora é chamada de American Association on Mental Retardation (AAMR). As atitudes pouco a pouco mudaram. Os profissionais da área e o público abandonaram a crença de que pessoas com deficiência deviam ser evitadas e aderiram a ideia de que elas deviam ser protegidas, cuidadas, educadas, mesmo que esse ato significasse um extraordinário esforço. Entende-se, desse modo, que elas devem ser libertadas, fortalecidas e habilitadas a assumir seu lugar ao lado das pessoas sem deficiência, mesmo que isso implique muito trabalho e inúmeros desafios. (SMITH, 2008, p. 32).

A partir de todas as ideias trazidas por Seguin, lentamente ocorreram mudanças significativas nas atitudes voltadas ao tratamento das pessoas com deficiência, nos Estados Unidos.

Os esforços utilizados pelos Estados Unidos em relação à educação especial, foi importante para impulsionar outros países a fazerem o mesmo, tornando a educação especial popular por toda a Europa, por exemplo na Itália, Montessori destacou-se inicialmente trabalhando com crianças que possuíam deficiências cognitivas, mostrando que essas crianças eram capazes de aprender através de experiências concretas mediadas por materiais manipuláveis. (SMITH,2008).

Pode-se afirmar que a educação das pessoas com deficiência no Brasil começa a partir do século XIX, onde iniciou-se a educação das crianças que viviam e eram criadas pelas instituições religiosas.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi - 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e; em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (BRASIL, 2008, p.06).

Antes de instituírem o atendimento às pessoas com deficiência no país, o mais comum era o abandono dessas crianças em portas de instituições religiosas, que muitas vezes morriam pelo frio ou fome e quando sobreviviam eram escondidos pela família ou ridicularizadas publicamente.

...O abandono de crianças com deficiências nas ruas, portas de conventos e igrejas era comum no século XVII, que acabavam sendo devoradas por cães ou acabavam morrendo de frio, fome ou sede. A criação da “roda de expostos” em Salvador e Rio de Janeiro, no início do século XVIII e, em São Paulo, no início do século XIX, deu início a institucionalização dessas crianças que eram cuidadas por religiosas. Rodrigues (2008, p.15).

Somente com o passar dos séculos as pessoas começaram a serem vistas como “humanos” e assim ganharam o direito de serem tratados como tal,

momento em que se iniciou a luta pelo direito à educação da pessoa com deficiência.

Todavia a educação voltada para as pessoas com deficiência, que teve o pontapé inicial com Itard e Seguin, seguiu caminhando lentamente para alcançar o ideal pedagógico satisfatório de uma educação inclusiva de qualidade difundido nos dias de hoje.

No processo de desenvolvimento da educação especial brasileira, inicialmente quando a educação especial se tornou institucionalizada, ela apresentava-se como uma educação precária e feita de maneira segregada no geral. Segundo Rodrigues (2008, p.17)

Até mais da metade do século XX, o atendimento à pessoa com deficiência foi implementado através da institucionalização, da implantação de escolas especiais mantidas pela comunidade e de classes especiais nas escolas públicas para os variados graus de deficiência mental. Houve, também, pouca preocupação com a conceituação e a classificação da deficiência. Os critérios de seleção eram vagos, baseados em desempenho escolar ruim. Para exemplificar o texto acima: em 1949, havia cerca de 40 estabelecimentos de ensino para pessoas com deficiência mental no país. Desses serviços, 27 estavam nas escolas públicas e os demais eram instituições particulares ou beneficentes. Em 1959, o número de instituições para pessoas com deficiência era de 190 e, destas, 77% eram públicas.

Esse tipo de educação ora oferecido à pessoa com deficiência não era muito eficaz para o desenvolvimento das habilidades necessárias, pois os alunos eram segregados em classes especiais dentro das escolas regulares, onde não tinham estímulos significativos acerca do processo de ensino-aprendizagem.

Essa iniciativa buscava somente a inserção das pessoas com NEE em um ambiente escolar e “ensiná-los”, onde, na maioria das vezes, estes ambientes não proporcionavam nenhum ensino ou experiência realmente enriquecedora a respeito do desenvolvimento integral das capacidades dos alunos e ainda os mantinha de forma segregada às demais pessoas.

Pode-se observar também que a expansão das instituições públicas trouxe consigo a preocupação em institucionalizar o ensino da pessoa com deficiência, para que pudessem estar “amparadas” pelo poder público, porém não ocorreu como planejado, uma vez que as instituições públicas não conseguiram atender a todos e aos poucos foram substituídas por instituições filantrópicas como as APAES (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) que começaram a receber e atender os referidos alunos.

Como o sistema público não dava conta da demanda, observou-se, a partir de 1960, o crescimento das instituições de natureza filantrópica, sem fins lucrativos, as APAES (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) que ofereceriam atendimento aos casos mais graves de deficiência mental. (RODRIGUES, 2008, p.17)

Ainda no século XX houve a instauração da república e o surgimento do movimento da “escola nova” que acreditava na educação como transformador social, que buscava o ideal de liberdade individual. Segundo Rodrigues (2008) O surgimento do movimento escolanovista contribuiu para excluir os diferentes das classes de ensino regular, pois preconizava o tratamento individual e especializado de cada pessoa.

A influência do movimento escolanovista na Educação, no nosso país, ainda que defendesse a diminuição das desigualdades sociais, ao enfatizar o estudo das diferenças individuais e a proposição de ensino adequado e especializado, acabou contribuindo para a exclusão dos diferentes das escolas regulares. (RODRIGUES, 2008, p.17)

Portanto, esse movimento acreditava que a pessoa com deficiência devia ser tratada de forma individualizada tinha como objetivo ser um instrumento transformador da exclusão social, sendo, no entanto mal articulado. A ineficiência inerente a escola nova levou a pessoa com deficiência a ser tratada de maneira mais excludente e de forma rotulada, levando, portanto, a um cenário no qual a pessoa com deficiência não gozava de uma educação que propiciasse, de fato, sua inclusão no ambiente de ensino, pelo contrário propiciava ainda mais sua exclusão, por não propiciar momentos de interação com os diversos saberes e conhecimentos produzidos em ambiente coletivo, uma vez que estava em turmas individualizadas, com pessoas que possuíam deficiências similares a sua.

No ano de 1973 foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESPE), pioneiro a definir políticas para a Educação Especial no Brasil. No entanto, apenas no ano de 1987, foi criado o órgão que seria responsável por coordenar as políticas e ações na educação especial, a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE).

A partir desse momento iniciou com toda força a criação de políticas que favorecesse a garantia de acesso aos alunos com deficiência no ensino regular, como prevê a Constituição Federal de 1988 que preconiza a educação como direito

do cidadão e dever do estado. Além, disso em seu Inciso III, do Art. 208 a Constituição Federal dita que o atendimento educacional especializado à pessoa com deficiência deve ser ofertado, e acontecer de preferência nas escolas de ensino regular (BRASIL, 1988).

Dessa forma, a fim de assegurar e especificar os direitos à educação e a inclusão da pessoa com deficiência na escola regular, foram elaboradas, em 2001 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica orientam sobre a organização dos sistemas de ensino para o atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais e sobre a formação do professor para trabalhar com este público, sendo pautadas nos seguintes princípios: A preservação da dignidade humana; a busca da identidade e o exercício da cidadania.

Desta forma, as Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica (Brasil, 2001, p.24), assegura que:

A dignidade humana não permite que se faça esse tipo de discriminação. Ao contrário, exige que os direitos de igualdade de oportunidades sejam respeitados. O respeito à dignidade da qual está revestido todo ser humano impõem-se, portanto, como base e valor fundamental de todo estudo e ações práticas direcionadas ao atendimento dos alunos que apresentam necessidades especiais, independentemente da forma em que tal necessidade se manifesta.

A evolução no atendimento à pessoa com deficiência contou com o apoio de leis e políticas voltadas para a educação especial que com o objetivo de buscar por mudanças de concepções, culturas e ações que influenciam na inclusão efetiva das pessoas com deficiência, tanto no âmbito educacional, quanto no âmbito social.

Para chegar na chamada Educação Inclusiva difundida na atualidade, o atendimento à pessoa com deficiências percorreu um longo caminho, passando pela segregação, pela integração e a fase que vivemos hoje, a Educação Inclusiva, o objetivo a ser atingido pelas escolas que buscam um sistema de ensino para todos.

A segregação aconteceu predominantemente no início do processo da implantação da educação especial, na qual as pessoas com deficiência eram ensinadas em classes especiais ou escolas especiais compostas apenas por pessoas deficientes com diferentes graus de deficiências.

A escola é um ambiente que deve proporcionar experiências ricas e diversas, tanto cognitivas quanto sociais. Portanto, todas as crianças devem ser inseridas em escolas que lhes proporcionem serem constantemente estimuladas.

O sistema de ensino regular é capaz de oferecer uma diversidade natural e variada para o desenvolvimento de qualquer criança, conseqüentemente, toda criança tem o direito de frequentar a escola de ensino regular inclusiva e não ambientes com práticas de ensino segregatória.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994) todas as crianças têm necessidades e capacidades singulares, e que têm o direito fundamental a educação, além disso dita que os sistemas de ensino devem oportunizar o acesso dos alunos a uma escola com uma pedagogia centrada na criança, que consiga atender e satisfazer as necessidades educacionais desses alunos.

Observando-se a necessidade de proporcionar experiências as quais desenvolvam na pessoa com deficiência, foi iniciado o processo de integração, no qual as escolas acolhem os alunos com deficiência, antes segregados, no entanto, estes devem adaptar-se ao processo de ensino e à convivência escolar. Esse modelo de ensino também não foi aceito pelos defensores da educação inclusiva, por não permitir que o aluno absorva todas as experiências necessárias para o seu desenvolvimento.

Segundo Mantoan (2003, p.15):

Nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. Para esses casos, são indicados: a individualização dos programas escolares, currículos adaptados, avaliações especiais, redução dos objetivos educacionais para compensar as dificuldades de aprender. Em suma: a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências.

A integração inclui o aluno de forma incompleta, pois oferece apenas uma inserção parcial onde o aluno permanece em uma situação de exclusão, não muito diferente da segregação, que acontece no processo de ensino praticado pelas escolas especiais.

O processo de integração ocorre dentro de uma estrutura educacional que oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar — da classe regular ao ensino especial — em todos os seus tipos de atendimento: escolas especiais, classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar

e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados. (MANTOAN. 2003, p.15):

Contrariamente à integração, a prática educativa de inclusão prevê a inserção completa do aluno no ensino regular, objetiva a promoção da inclusão desse aluno no âmbito escolar.

Através da prática de educação inclusiva todas as pessoas, infraestruturas e concepções devem ser mudadas para alcançar o objetivo comum de ensinar por completo qualquer pessoa, na educação inclusiva as diferenças devem ser consideradas para as devidas adaptações. Segundo Mantoan (2003, p.16) [...]. “As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades”.

A educação inclusiva é promovida por quem aceita a responsabilidade de lidar com todas as diferenças existentes no ensino e transformar essas dificuldades trabalhando e desenvolvendo as habilidades que cada aluno possui independentemente de possuir ou não uma deficiência, e principalmente busca a garantia da não exclusão desse aluno no processo de ensino e aprendizagem.

2.1 Atendimento educacional especializado (AEE): O que é? Como funciona? Qual sua importância?

Para possibilitar a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino faz-se necessário oportunizar lhes meios para que eles consigam driblar suas dificuldades de aprendizagem e equalizar o seu desenvolvimento escolar.

Para isso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) culminou na elaboração de várias práticas inovadoras para a escola inclusiva, uma delas foi o AEE, que é um serviço de apoio ao processo de ensino-aprendizagem da pessoa com necessidades educacionais especiais e deve ser oferecido nas escolas de ensino regular .

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) o Atendimento educacional especializado é um serviço do ensino especial que busca identificar as dificuldades individuais dos alunos, analisá-las e construir metodologias pedagógicas e de acessibilidade, que eliminem

as barreiras para participação integral dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola. (ROPOLI,2010, p.17)

A suplementação e/ou complementação feita pelo AEE deve promover além do desenvolvimento contínuo do conteúdo curricular oferecido ao aluno nas classes regulares, deve desenvolver também a autonomia desses alunos no seu processo de desenvolvimento.

O aluno que participa do AEE é estimulado de várias maneiras a apropriar-se ao máximo dos conhecimentos que repassados na sala regular, e, também tem a oportunidade de conhecerem novos meios e alternativas para chegarem até esse conhecimento, pois este atendimento é voltado para suas dificuldades específicas.

As metodologias pedagógicas de atendimento no AEE são elaboradas e traçadas para atender às dificuldades e necessidades especiais de cada aluno, pois o AEE não é voltado apenas para as pessoas com deficiências, mas para aquelas pessoas que apresentarem qualquer necessidade educacional especial.

Apesar de as metodologias serem elaboradas de acordo com a necessidade do aluno, a forma indicada para o horário e a frequência do atendimento é mesma para todos, indica-se que ele aconteça no contra turno de ensino e pelo menos 3 (três) vezes na semana, em um local específico, seja na própria escola, nas SRMs ou fora dela, em locais que ofereçam o mesmo atendimento. Desta forma,

(...) o atendimento educacional especializado em salas de recursos constitui serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa, no caso dos alunos com altas habilidades/superdotação, e complementa, no caso dos alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem vinculadas ou não à deficiência. Esse serviço se realiza em espaço dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas mais próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum. (BRASIL, 2006, p.14)

Como afirma um documento do Ministério da Educação de orientação intitulado: salas de recursos multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado do ano de 2006, o atendimento deve acontecer não somente de forma individual, pode ser também no coletivo, com um número reduzido de alunos. Desta forma, além de trabalhar as necessidades pedagógicas, acontece a interação social e de conhecimento entre os o grupo.

O AEE não deve ser apenas um simples reforço dos conteúdos repassados em sala, mas a complementação ou suplementação desses conteúdos. No AEE aprender-se-á novos saberes utilizando outras alternativas para apreender de forma mais simples os conteúdos de acordo com as limitações existentes.

Segundo (BRASIL, 2006, p.14):

[...] No atendimento, é fundamental que o professor considere as diferentes áreas do conhecimento, os aspectos relacionados ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos, o nível de escolaridade, os recursos específicos para sua aprendizagem e as atividades de complementação e suplementação curricular.

Por exemplo, um aluno com surdez que não sabe Libras, no AEE aprenderá no AEE a libras, apropriando-se de mais uma alternativa para acompanhar os conteúdos de sala. Podemos falar também sobre alguém que possui uma dificuldade de coordenação motora ou algum tipo de paralisia, essa pessoa pode aprender durante seus atendimentos a utilizar tecnologias assistivas que os possibilita mais agilidade na escrita em sala e no desenrolar das atividades escolares como um todo, assim provavelmente o acompanhamento dos conteúdos acontecerá mais eficientemente. Então é isso que o AEE busca, complementa e/ou suplementa a formação do aluno de forma integral.

Nesse sentido, o atendimento educacional especializado não pode ser confundido com atividades de mera repetição de conteúdos Programáticos desenvolvidos na sala de aula, mas deve constituir um conjunto de procedimentos específicos mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos. (BRASIL, 2006, p.15).

Apropriação e produção de conhecimento são os principais objetivos a serem atingidos pelo AEE, proporcionando às pessoas com necessidades educacionais especiais as mesmas condições de aprendizagem dos demais alunos do ensino regular que não possuem NEE.

Quando os alunos com NEE tornam-se capazes de agir positivamente no processo de ensino-aprendizagem, provavelmente tornar-se-ão indivíduos autônomos e agentes do próprio conhecimento, totalmente incluídos e acolhidos pelo ambiente escolar.

Portanto, o Atendimento educacional especializado constitui-se como um elemento de suma importância no processo de escolarização da pessoa com NEE, pois além de estimular e promover o desenvolvimento cognitivo, apropriação de currículos e de tecnologias facilitadoras do processo de ensino aprendizagem, promove a inclusão real desses alunos na escola.

O atendimento educacional especializado decorre de uma nova visão da Educação Especial, sustentada legalmente e é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente do currículo do ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência. (BRASIL, 2005, p.17).

Portanto o AEE representa um elemento de importância indispensável para chegar ao sucesso da tão sonhada inclusão escolar, não só dos alunos com deficiência, mas de todo e qualquer aluno que apresentar necessidades educacionais especiais.

Entretanto, para atingir seus objetivos, esse atendimento deve ser realizado de forma correta e eficiente, e para isso, alguns aspectos devem ser levados em consideração, como por exemplo, o plano de AEE e as ferramentas utilizadas; a organização do atendimento; a articulação entre o professor da sala regular e professor da SRM e também o profissional responsável pelo AEE. É importante ressaltar, que esses elementos devem estar coerentes com o atendimento realizado, garantindo assim, a efetividade e qualidade do atendimento dado ao aluno.

2.1.1 Plano para o AEE

Considerando que o AEE visa proporcionar o desenvolvimento da pessoa com NEE, através da utilização de metodologias pedagógicas e ferramentas adaptadas à necessidade educacional de cada aluno, e para isso é necessário que o profissional que atende na sala de recursos conheça e analise as dificuldades do

aluno, para posteriormente estimular suas habilidades. A Resolução CNE/CEB, nº 4/2009, no seu artigo 9º, determina que:

A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento. (BRASIL, 2009, p.02).

Para elaborar o plano, o profissional deve realizar um estudo de caso voltado para cada aluno atendido a fim de saber quais as metodologias e ferramentas devem ser utilizadas para atender às necessidades específicas. Após este procedimento, o educador responsável elabora um planejamento das atividades a serem utilizadas com o aluno, é o plano de AEE, ou seja, um plano de aula e/ou atividades voltados especificamente para um aluno ou grupo de alunos, no caso de atendimento em grupos.

O acompanhamento do AEE se organiza a partir de um plano de atendimento educacional especializado que o professor deve elaborar com base nas informações obtidas sobre o aluno e a problemática vivenciada por ele através do estudo de caso. De posse de todas as informações sobre o aluno, bem como dos recursos disponíveis na sala de aula, na escola, na família e na comunidade, o professor do AEE elabora seu plano. (GOMES, 2010, p.15).

Na elaboração do plano, o professor deve ter ciência de todos os recursos disponíveis para estimular o aluno não só na escola, mas também fora dela, pois o desenvolvimento do aluno acontece em todos os campos em que ele esteja inserido.

Com um plano de AEE bem elaborado e com as ferramentas adequadas disponíveis e as metodologias bem articuladas, o professor da SRM consegue organizar o AEE de forma mais simples e eficiente, bem como executar o acompanhamento do aluno de forma eficaz.

2.1.2 Organização e Acompanhamento do AEE

A organização do AEE tem como base principal o plano de AEE que contempla todas as limitações a serem trabalhadas, os materiais e ferramentas, as atividades e a forma como será realizada cada atividade, ou seja, este norteará como se organizara na prática, o acompanhamento desse aluno do AEE. Aqui o

professor proporá a utilização de recursos diversos disponíveis na família, escola e na comunidade, a fim de oferecer ao aluno possibilidade de autonomia em todos os espaços em que esteja inserido.

O professor deve elaborar, além do plano de AEE, uma rotina para o acompanhamento do aluno, contendo as atividades do plano, de acordo com o período e a quantidade de tempo disponível para o AEE de cada aluno. Gomes (2010) afirma que além de estabelecer um período para o desenvolvimento das atividades do plano, o professor da SRM deve realizar, ao final da execução do plano uma avaliação para analisar o resultado do trabalho realizado e pensar as próximas atividades. Isso permite alterações no plano se preciso for.

Caso os resultados sejam positivos, haverá a implementação de novas atividades suplementares, se ocorrer o contrário, é necessário a articulação entre o professor da sala regular e o da sala de recursos para reformulação do plano, a fim de melhor atender as necessidades do aluno.

Na organização do atendimento deve ser construído também um cronograma que contemple os alunos, o horário e dia da semana onde cada um será atendido, mantendo assim a organização e rotina do funcionamento da sala de recursos multifuncionais

2.2 Atendimento na Sala de Recursos Multifuncionais

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) são ambientes voltados para a realização do AEE, foram instituídas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para apoiar os sistemas de ensino regular a oferecerem suplementação ou complementação dos conhecimentos da pessoa com deficiência no processo de ensino, conforme a Resolução CNE/CEB n°. 2/2001, inciso V do artigo 8º.

A implantação das salas de recursos multifuncionais constituiu mais uma ferramenta essencial nas mudanças de paradigmas e concepções que envolvem a educação especial. Com as salas de recursos multifuncionais os alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais tem a possibilidade de conhecer e utilizarem ferramentas e tecnologias assistivas que os auxiliem na interação com o processo de ensino e aprendizagem e também melhore o convívio familiar e social.

O atendimento educacional especializado realizado na Sala de Recursos Multifuncionais é aquele feito apenas como um apoio, com o objetivo de

complementar ou suplementar os conhecimentos do aluno com necessidades educacionais especiais, matriculado nas escolas de ensino regular.

Os alunos atendidos nas SRMs são estimulados de diferentes formas, com metodologias e materiais adaptados para suas necessidades educacionais especiais, com o objetivo de estimular o desenvolvimento das habilidades escolares e atividades diárias desse aluno, proporcionando sua inclusão, tanto no campo educacional quanto no campo social.

No AEE, o aluno adquire conhecimentos variados como o ensino da Libras, o sistema Braille e o Soroban, a comunicação alternativa, o enriquecimento curricular, além de outras atividades que auxiliam no desenvolvimento da autonomia para manutenção do convívio escolar e familiar desse aluno.

Os recursos disponíveis nas salas de recursos multifuncionais são relevantes para a educação inclusiva, pois não se trata apenas de uma aula de reforço, esta ajuda o aluno no desenvolvimento de suas habilidades próprias com autonomia, e permitindo-o ser cada vez mais capaz de aprender e interagir no processo de ensino e aprendizagem.

A Sala de Recursos Multifuncionais é composta com materiais pedagógicos, didáticos, tecnologias assistivas e profissionais capacitados para atender as pessoas com deficiência e com NEE. Ao realizar o atendimento educacional especializado, o professor deve considerar o nível de desenvolvimento cognitivo do aluno, bem como o nível escolar em que este se encontra, além de identificar e empregar os materiais corretos para trabalhar com as necessidades educacionais especiais desses alunos (BRASIL, 2006).

O atendimento na sala de recursos multifuncionais acontece da seguinte forma: em um dos períodos do dia o aluno frequenta a sala regular de ensino, e no mínimo duas vezes na semana, no período inverso, participa do atendimento na SRM. Ao contrário do que se pode pensar, o atendimento realizado na sala de recursos multifuncionais não é voltado apenas para as pessoas com deficiência, é um espaço destinado a qualquer aluno que tenha uma necessidade educacional especial. Complementa os conhecimentos dos alunos com deficiência ou necessidade educacional especial, ou dá suplementação aos alunos com altas habilidades/superdotação.

O documento orientador salas de recursos multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado, criado pelo MEC (2006), afirma que:

O atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais se caracteriza por ser uma ação do sistema de ensino no sentido de acolher a diversidade ao longo do processo educativo, constituindo-se num serviço disponibilizado pela escola para oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento. (BRASIL, 2016, p.15).

Toda escola que tem a missão de proporcionar uma educação inclusiva, deve prover meios para o desenvolvimento das habilidades de todos os alunos, como por exemplo AEE, além de adaptar-se às necessidades e diferenças dos alunos, promovendo mudanças nas concepções de natureza discriminatória, levando à ampliação de participação dos alunos na rotina escolar. Como afirma Rodrigues (2008, p.21):

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

É necessário que o processo de inclusão rompa os paradigmas da educação, para que a inclusão ocorra de forma dinâmica e proporcione uma melhoria na qualidade de ensino, atingindo assim, todos os alunos, estimulando-os ao desenvolvimento das capacidades e habilidades, sem nenhuma forma de discriminação.

2.2.1 Alunos atendidos na SRM

A sala de recurso multifuncional é voltada para o acolhimento e desenvolvimento das habilidades curriculares de todos os alunos que apresentarem algum tipo de deficiência ou necessidade educacional especial, matriculados regularmente na escola comum. A Resolução CNE/CEB, nº 4/2009, dita em seu artigo 4º que os alunos alvo do AEE, que é realizado nas SRMs são:

- I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.
- II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias

motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009, p.01).

Todos os alunos que possuírem qualquer que seja dessas NEE devem ser atendidos na sala de recurso multifuncional e receberem o AEE, de acordo com suas necessidades específicas, através de materiais e ferramentas para atender adequadamente todas as NEE descritas acima. Para realizar este trabalho deve incluir professores com as habilidades e capacitações adequadas para desenvolver o trabalho nas salas de recursos das escolas.

2.2.2 Perfil do profissional para atuar na Sala de Recursos Multifuncionais

A sala de recursos multifuncionais é um elemento indispensável quando o assunto é inclusão escolar, portanto deve constituir de todo e qualquer instrumento pedagógico de aprimoramento e desenvolvimento curricular dos alunos com NEE. O profissional que atuará no atendimento aos alunos, deve ser suficientemente preparado, com formação pedagógica, habilitado para exercer a docência, possuir formação específica em educação especial, ser dinâmico e sempre adaptar suas habilidades para atender às diferentes necessidades dos alunos que frequentam as SRMs, como afirma o material do Ministério da Educação de orientação referente a salas de recursos multifuncionais:

O professor da sala de recursos multifuncionais deverá ter curso de graduação, pós-graduação e ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. A formação docente, de acordo com sua área específica, deve desenvolver conhecimentos acerca de: Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, Ensino de Língua Portuguesa para Surdos, Atividades de Vida Diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros. (BRASIL, 2006, p.17).

O Professor da sala de recursos deve participar de reuniões semanais, pedagógicas, planejamento, reunião com pais entre outras, ou seja, ele deve atuar como outros professores e buscar sempre desenvolver uma participação conjunta com os professores da sala regular e os demais profissionais da escola, trabalhando

para promover a inclusão escolar de forma contínua. Os profissionais do AEE possuem atribuições específicas da função a qual desenvolve. De acordo com a Resolução CNE/CEB, nº 4/2009, as principais atribuições do professor de AEE são:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009, p.03).

Desta forma, o perfil adequado para o professor de AEE, deve ser de um profissional que tenha possua das habilidades e capacidades na área da educação especial, é necessárias capacidades também de identificar, produzir e oferecer ao aluno possibilidades de acesso ao conhecimento curricular e ao desenvolvimento das habilidades sócias comunicativas, tornando-os mais ativos na execução das atividades escolares e do dia a dia.

Tudo isso deve ser realizado sempre de forma articulada com o professor da sala regular em busca da tão sonhada inclusão escolar. Segundo Ropoli (2010) o professor da educação especial (AEE) deve condicionar suas funções sempre articuladas com os professores da sala comum, coordenadores, gestores e todo corpo docente, visando enriquecer o aluno e a qualidade do seu processo de ensino aprendizagem.

3 METODOLOGIA

A pesquisa que norteia o presente trabalho baseou-se numa pesquisa de campo com uma abordagem metodológica qualitativa, com o uso de questionários dirigidos aos docentes das salas de recursos multifuncionais e das salas regulares das escolas da rede municipal da cidade de Araguatins/TO.

A rede municipal foi escolhida para a pesquisa pela necessidade de analisar qual a situação das Salas de Recursos Multifuncionais dessas escolas, e quais as práticas utilizadas para desenvolver o Atendimento Educacional Especializado nas mesmas.

A metodologia utilizada para obter os dados do trabalho embasou-se na pesquisa de campo, fortalecida pela consulta bibliográfica. Escolheu-se a pesquisa de campo pois está possibilitou conhecer os sujeitos pesquisados in loco, o que contribuiu para a obtenção tanto de dados através dos questionários, como também por meio de observação simples do ambiente onde ocorre o processo de ensino aprendizagem dos alunos.

O primeiro passo da pesquisa foi a elaboração dos questionários, que se constituíram de questões objetivas e dissertativas. As questões tiveram o objetivo de obter dados de forma qualitativa, para conhecer e analisar os aspectos qualitativos envolvidos no processo de ensino aprendizagem dos alunos com NEE nas escolas de ensino regular. Os questionários abordaram aspectos sobre a utilização da sala de recursos multifuncionais como elemento de apoio à pessoa com necessidades educacionais especiais e o desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e autonomia dos alunos que realizam o AEE, evidenciando a visão dos professores sobre o assunto.

Posteriormente à construção dos questionários estipulou-se a quantidade de sujeitos que seriam pesquisados, escolheu-se educadores que estivessem diretamente ligados aos alunos com NEE, ou seja, os professores das salas regulares que possuíam alunos em AEE, e também os professores da Sala de Recursos. Desta maneira, foi possível realizar uma análise mais ampla de como acontece o processo de ensino e aprendizagem e também conhecer as concepções destes diferentes profissionais acerca do assunto.

Durante a distribuição dos questionários utilizou-se da observação simples, que foi importante para conhecer a estrutura das SRMs e também das escolas, principalmente a estrutura física disponível nesses ambientes.

Antes de aplicar os questionários foi realizada uma visita à escola para obter a autorização para a pesquisa, momento em que os questionários dos professores das salas regulares foram entregues. Os professores da sala regular foram escolhidos com o auxílio dos professores da sala de recursos. Para a pesquisa e construção do trabalho utilizou-se também a pesquisa bibliográfica, que teve como objetivo nortear a pesquisa de campo, possibilitando melhor compreensão e análise de cada aspecto dos dados obtidos.

Além dos questionários usou-se de forma secundária, a observação, que permitiu obter informações abordadas no questionário, ampliando ainda mais o quadro de dados obtidos, o que contribuiu para uma melhor descrição e análise das práticas de AEE na rede municipal de Araguatins/TO.

Os resultados dos questionários foram apresentados em gráficos e dissertados ao longo do trabalho, comparando minuciosamente com todas as fontes documentais consultadas.

A observação obteve dados que foram discutidos e analisados de forma dissertativa, colaborando tanto na análise dos questionários quanto aspectos que não contemplados nestes. Tais informações foram apresentadas de forma dissertativa e analítica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante toda a pesquisa buscou-se conhecer, analisar e explicitar os principais aspectos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem que acontece nas Salas de recursos multifuncionais das escolas municipais da cidade de Araguatins/TO.

O campo de pesquisa, como citado anteriormente, foram duas escolas municipais de Araguatins, identificadas por escola A e escola B; e os sujeitos da pesquisa foram dez professores, sendo cinco professores em cada uma das escolas. Este número foi devido ao objetivo que era pesquisar apenas os professores que tivessem alunos atendidos pelo AEE e os que atuam nas SRM's.

O questionário foi dividido em dois tópicos: 1 e 2; sendo que o tópico 1 foi composto por perguntas relacionadas à formação pedagógica, e serviu para traçar o perfil profissional de cada escola. Já o tópico 2, dos itens 2.1 ao 2.9, abordou a dinâmica do trabalho realizado e os aspectos relacionadas à às SRM's e ao AEE.

Tabela 1 - Perfil dos professores da Escola A

	Formação	Tempo de magistério	Tempo de exp. Na função	Tempo na UE	Carga horaria	Tempo na SRM
Professor A1	Pós-graduação em AEE	25 anos	7 anos	16 anos	40 horas	7 anos
Professor A2	Normal superior	20 anos	20 anos	14 anos	40 horas	-
Professor A3	Pedagogia	23 anos	22 anos	22 anos	40 horas	-
Professor A4	Pedagogia	24 anos	24 anos	14 anos	40 horas	-
Professor A5	Normal superior	20 anos	20 anos	10 anos	40 horas	-

Fonte: elaborado pela autora(2018)

Tabela 2 - Perfil dos professores da Escola B

	Formação	Tempo de magistério	Tempo de exp. Na função	Tempo na UE	Carga horária	Tempo atuação na SRM
Professor B1	Esp. Em educação especial	19 anos	19 anos	5 anos	40 horas	5 anos
Professor B2	Pedagogia	13 anos	9 anos	8 anos	40 horas	-
Professor B3	Normal superior	20 anos	20 anos	20 anos	40 horas	1 ano e 10 meses
Professor B4	Letras	23 anos	23 anos	10 anos	40 horas	-
Professor B5	Normal superior	21 anos	21 anos	21 anos	40 horas	-

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

O primeiro aspecto analisado foi o perfil dos professores que participam diretamente do processo de desenvolvimento educacional dos alunos com NEE, seja na sala regular ou na sala de recursos.

Nas duas escolas, o perfil dos profissionais pesquisados é bem variado em relação ao tempo de magistério, tempo de experiência na função atual (professor da sala regular ou professor de AEE), tempo de atuação na escola campo e atuação na SRM. No tocante à carga horária desempenhada, todos os informantes cumprem a mesma carga horária, de 40 horas semanais, nos períodos matutino e vespertino

As tabelas abaixo demonstram que o perfil profissional dos educadores participantes desta pesquisa é composto basicamente de professores com pedagogia ou normal superior, formação básica para atuar no nível ofertado pelas escolas pesquisadas.

No entanto, apenas dois professores possuem especialização, o que é considerado baixo, principalmente se observarmos que todos os professores são veteranos tanto na profissão, quanto nas escolas que atuam, isso demonstra um

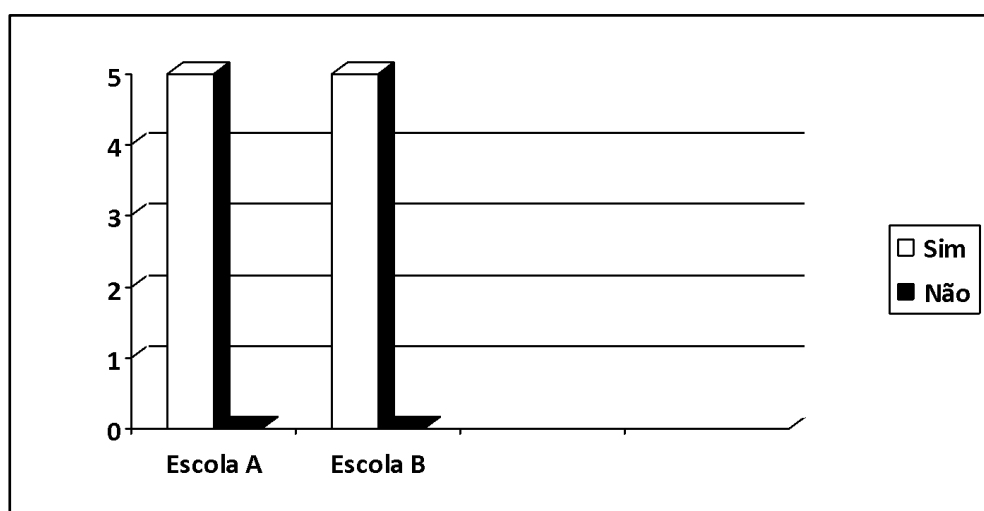
desinteresse por parte dos docentes que já são bastante experientes e nunca buscaram se capacitar de alguma forma para atenderem adequadamente as diversidades humanas existente no ambiente escolar.

Um aspecto intrigante notado foi que o profissional que atua na SRM da escola B não possui formação específica para atuar com alunos com NEE, o que torna mais difícil um trabalho de AEE de qualidade.

Desta forma, constata-se que o perfil desse profissional, e de um profissional sem a capacitação mínima necessária para atuar na sala de recursos, realizando o AEE, pode eventualmente a não obter os resultados esperados para o processo de ensino aprendizagem. Acredita-se que para atuar na sala de recursos multifuncionais é necessário que o profissional possua alguma formação seja em nível de graduação, especialização ou capacitação a para trabalhar da maneira adequada com o público-alvo do AEE.

A segunda parte do questionário iniciou na questão 2.1: A sala de recursos multifuncionais (SRM), é um espaço com objetivo de realizar atendimento educacional especializado (AEE) a alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), a fim de desenvolver a construção de conhecimento e a participação ativa do aluno na vida escolar. Na sua opinião a SRM da escola atinge esse objetivo?

Gráfico 1 - A SRM atinge seu objetivo. 2.1



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Como é possível verificar, 100% dos professores consideram que a sala de recursos de suas respectivas escolas consegue atingir o objetivo de realizar atendimento educacional especializado (AEE) a alunos com necessidades

educacionais especiais (NEE), com qualidade. Isso mostra que as SRMs conseguem manter uma comunicação e interação com a comunidade escolar, mostrando resultados no processo de ensino dos alunos, assim como realizando ações para alcançarem o objetivo supracitado.

Seguindo os questionamentos, passamos para questão 2.2 onde o objetivo era entender se as escolas estavam desenvolvendo o AEE (no que diz respeito à organização de turno disposto nas Diretrizes de Funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais e AEE (BRASIL, 2006 p. 14), onde o atendimento, “...pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum.”

Por que em horário diferente da classe comum? Segundo Poker (2013, p.20) o AEE deve acontecer no turno inverso ao de ensino do aluno para:

...proporcionar às crianças um trabalho complementar específico, para que possam superar e/ou compensar as limitações causadas pelos seus comprometimentos sensoriais, físicos, intelectuais ou comportamentais, desenvolvendo e explorando ao máximo suas competências e habilidades.

Desta forma, assim os alunos são induzidos a apropriarem-se dos conhecimentos da sala regular de forma integral, ou seja, em um turno devem estudar e no outro serem atendidos no AEE, recebendo todo conhecimento e apoio necessário para o desenvolverem das habilidades necessárias para acompanharem, sem grandes perdas os assuntos trabalhados na sala regular.

Foi possível identificar que nas duas escolas o atendimento educacional especializado obedece ao que orientado pelo MEC, isto é, se oferecem aos alunos com NEE o atendimento no contra turno, seja ele individual ou em grupos, como é possível verificar nas falas dos professores A1 da escola A, e B1 da escola B, respectivamente, onde afirmam que este atendimento ocorre no contraturno, no entanto, dois professores afirmaram que os alunos que necessitam de transporte escolar são atendidos no mesmo turno.

“Acontece no contraturno. O Aluno é agendado duas vezes na semana e recebe atendimento durante de 1 (uma) hora e meia, a 2 (duas) horas por dia” (professor A1)

“ As crianças são atendidas na sala de recursos multifuncionais individualmente ou em grupos de no máximo três alunos de 1 (uma) a 2 (duas) horas. O AEE é oferecido no turno inverso das aulas do aluno” (professor B1)

Apesar dos professores informarem que o atendimento na SRM seja realizado no turno inverso, percebeu-se na prática, que na maioria das vezes, este atendimento é realizado concomitante aos horários de aulas dos alunos. Isso acontece com os alunos residentes na zona rural e/ou dependem de transporte escolar para virem até a escola.

Ainda sobre o horário de atendimento, o professor A3 da escola A, afirmou que “ para os alunos da zona urbana e no contra turno. E os da zona rural o atendimento é no mesmo turno da aula. ”

O mesmo problema foi identificado na resposta dada pelo professor B4, da escola B, “atendimento individual e/ou coletivo no máximo dois alunos. Esse atendimento acontece em contraturno e para os alunos da zona rural, retira da sala no momento da aula. ”

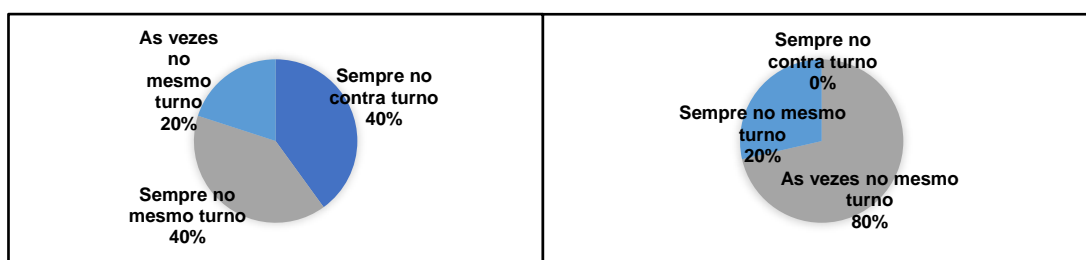
Devido às divergências evidenciadas nas respostas dos professores quanto ao atendimento nas SRM's, acredita-se que ocorram impactos negativos no quanto ao processo de ensino e aprendizagem deste aluno, devido ao remanejamento de salas para atendimentos que deveriam ser no contraturno e não no horário das aulas regulares, uma vez que o atendimento educacional especializado não substitui o que é repassado em sala de aula.

Outro aspecto importante analisado quanto ao turno de atendimento dos alunos, foi identificar o período de maior frequência dos alunos, no contra turno ou no mesmo turno de estudo, e para isso foi formulada a questão de 2.4: Qual o período em que o aluno recebe o atendimento educacional especializado na SRM?

Gráfico 2 - Período de maior frequência dos alunos

(Escola A)

(Escola B)



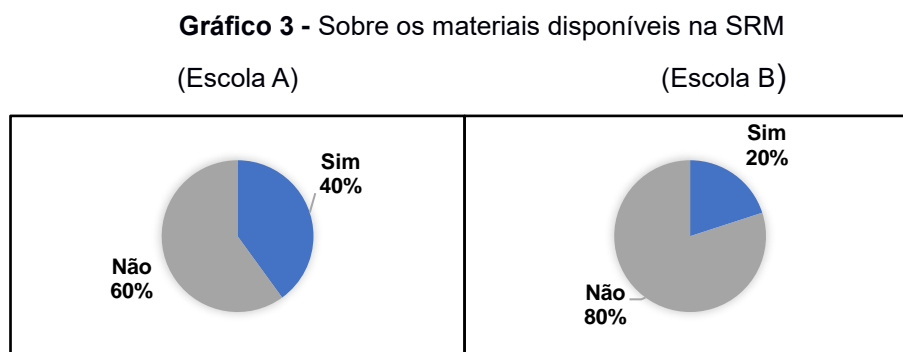
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Analisando os gráficos foi possível verificar que a maioria dos atendimentos seja na Escola A ou Escola B, ocorre no turno da aula regular e/ou às vezes no mesmo turno da aula, ou seja, uma minoria dos alunos recebe o atendimento no contraturno, o que evidencia as respostas dos professores, conforme discutido logo acima.

Dentre as problemáticas observadas e citadas pelos professores estão, o transporte escolar e a dificuldade da família em levar o aluno sempre no contraturno, o que seria ideal para o AEE desse aluno, porém inevitavelmente às vezes ou sempre estes alunos são atendidos no mesmo turno em que estudam.

Para analisar a infraestrutura da escola, materiais e equipamentos para atender de forma adequada as NEE dos alunos, formulou-se a seguinte questão:

Pergunta 2.3: A sala de recursos multifuncionais deve contar com equipamentos e materiais, que possibilitem atender alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais. A SRM da unidade escolar conta com todo o material necessário para realizar de forma eficiente o atendimento desses alunos?



Fonte : elaborado pela autora(2018).

Percebe-se no gráfico acima que a maioria dos professores, tanto na escola A, quanto na escola B acredita que a SRM não conta com todos os equipamentos e materiais para atender de forma eficiente as NEE dos alunos, pelo contrário disseram que a escola conta apenas com o básico, impossibilitando assim o atendimento integral de todas as NEE existentes na escola. No entanto, para uma pequena minoria a sala de recursos consta com todos os materiais e equipamentos necessários realizar os atendimentos necessários.

Corroborando com o segundo grupo, é possível afirmar, baseado nas observações realizadas nas SRM's das duas escolas, que existem apenas os

materiais básicos, o que confirma que a maioria dos docentes conhecem a realidade da escola onde atua.

Segundo o manual sobre as orientações para implementação da Política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI):

As Salas de Recursos Multifuncionais atualizadas são constituídas pelos seguintes equipamentos, mobiliários e materiais didáticos acessíveis: 1 Impressora Braille – pequeno porte, 1 Scanner com voz, 1 Máquina de escrever em Braille, 1 Globo terrestre tátil, 1 calculadora sonora, 1 Kit de desenho geométrico, 2 Regletes de mesa, 4 Punções, 2 Soroban, 2 Guias de Assinatura, 1 Caixinha de números táteis e 2 Bolas com guizo, 2 Notebooks, 1 Impressora multifuncional, 1 Material dourado, 1 Alfabeto móvel e sílabas, 1 Dominó tátil, 1 Memória Tátil, 1 Bola de futebol de salão com guizo, 1 Lupa eletrônica, 1 Scanner com voz, 1 Mouse estático de esfera e 1 Teclado expandido com colmeia, 2 computadores, 2 estabilizadores, 1 mouse com entrada para acionador, 1 acionador de pressão, 1 teclado com colmeia, 1 lupa eletrônica, 1 mesa redonda, 4 cadeiras para mesa redonda, 2 mesas para computador, 2 cadeiras giratórias, 1 mesa para impressora, 1 armário, 1 quadro branco, 1 software para comunicação aumentativa e alternativa, 1 esquema corporal, 1 sacolão criativo, 1 quebra cabeças superpostos – sequência lógica, 1 bandinha rítmica, 1 material dourado, 1 tapete alfabético encaixado, 1 dominó de associação de ideias, 1 memória de numerais, 1 alfabeto móvel e sílabas, 1 caixa tátil, 1 quite de lupas manuais, 1 alfabeto Braille, 1 dominó tátil e 1 plano inclinado – suporte para livro. (BRASIL, 2015, p.63).

Os materiais supracitados são mínimos necessários que devem conter em uma sala de recursos, para que se possa atender adequadamente as NEE dos alunos nas escolas. Porém, foi constatado, nas escolas pesquisadas que não existem todos esses equipamentos, mobiliários e materiais didáticos acessíveis disponíveis para o AEE. Tanto a Escola A quanto na Escola B possuem apenas alguns materiais e poucos equipamentos dos citados.

O que há disponível nas escolas, constitui-se em sua grande maioria de materiais de apoio pedagógico, deixando muito a desejar no que diz respeito as tecnologias assistivas e ferramentas tecnológicas de apoio que deveriam existir nas salas de recursos, porém não existem e as que existem não suprem a necessidade do atendimento da forma adequada.

No entanto, mesmo com todos os desafios, os professores que atendem alunos com necessidades educacionais especiais realizam um trabalho pautado no compromisso, dedicação, procurando ao máximo adaptar os materiais e equipamentos disponíveis para realizar o AEE a fim de alcançarem os objetivos propostos para um ensino de qualidade e autonomia dos alunos com NEE.

Uma inquietação apresentada no decorrer da pesquisa foi: Os professores que atuam na sala regular sabem e entendem como funciona a SRM e em que se diferencia o trabalho realizado pelo AEE do realizado na sala comum? Para responder a este questionamento e traçar um perfil da interação entre as atividades do ensino regular e da sala de recursos, elaborou-se a seguinte questão 2.5: Em que se diferencia o trabalho realizado no AEE do trabalho realizado na sala regular? Desta forma, a maioria das respostas obtida pontuou que as principais diferenças entre o trabalho realizado na SRM e na sala comum dá-se quanto ao papel de cada professor: o professor da sala comum tem o papel de ensinar os conteúdos curriculares, enquanto o professor do AEE tem o objetivo de complementar com recursos e materiais específicos o conhecimento do aluno, ampliando a sua participação e autonomia.

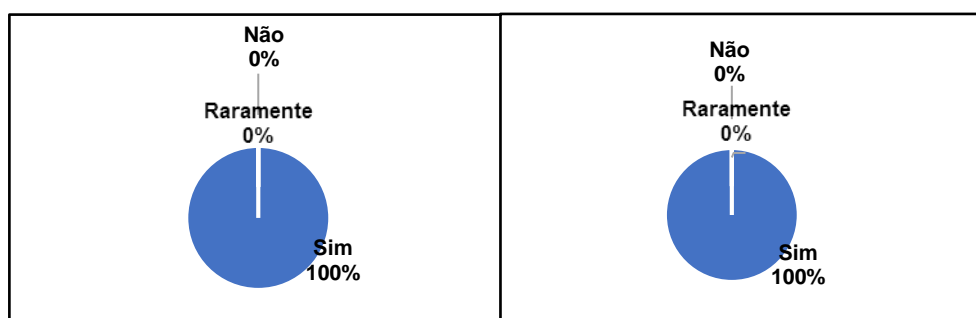
Outro aspecto elucidado pelos informantes foi o tempo direcionado aos alunos em grupo, e/ou individualmente, e por fim, a formação, que é diferenciada, responderam é diferenciada pois o AEE conta com profissional capacitado e preparado para atender os alunos de forma adequada.

Apenas uma pequena parte acredita que não existe diferença entre o trabalho do AEE e da sala comum, provavelmente essa pequena parte não tem conhecimento nem interação significativa com o que acontece no AEE realizado na sala de recurso multifuncional, e, portanto, não entendem ou não sabem como funciona e qual a diferença entre o trabalho da sala de recurso e da sala comum.

Apesar disso, é possível afirmar que nas duas escolas pesquisadas evidentemente existe interação e comunicação entre os professores e os professores da sala comum tem conhecimento do trabalho realizado nas SRM's, o que permite aos professores um trabalho pautado em possibilidades de melhorias no desenvolvimento de seus alunos, em consonância com AEE, o que torna o atendimento o mais satisfatório possível para o processo de ensino do aluno com NEE.

Ainda sobre a interação e comunicação dos ambientes de ensino, a fim de obter uma análise mais detalhada, elaborou-se a seguinte questão 2.6: Existe articulação entre o professor da sala de ensino regular e professor da sala de recursos multifuncionais?

Gráfico 4 - Articulação entre o professor de AEE e o professor da sala comum
(Escola A) (Escola B)



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Reafirmando a discussão da questão 2.5, maioria dos professores entende e sabe como acontece o AEE, 100% dos docentes pesquisados afirmam que existe articulação entre a sala comum e a SRM, portanto, é possível afirmar que há interação entre a interação acontece. Além de permitir no processo inclusivo do aluno, a interação entre os professores que atendem aos alunos do AEE é de suma importância, pois contribui, na qualidade de ensino, autonomia deste aluno e bem como no processo de inclusão escolar. Como afirma Hassler (2017), é essencial que haja articulação entre o professor que atua no AEE e o da sala regular, possibilitando que esses professores possam adaptar-se e fazer mudanças pedagógicas que atinjam de forma positiva tanto o aluno com NEE, quanto os demais alunos.

Segundo (BRASIL, 2015, p.73) “A articulação entre a educação especial e o ensino comum traduz-se na essência do processo de desenvolvimento inclusivo da escola”.

Diante de todos os aspectos vistos ao longo deste trabalho foi possível identificar que as salas de recursos multifuncionais das escolas pesquisadas procuram oferecer e desenvolver o atendimento educacional especializado da melhor maneira possível, mesmo com todas as dificuldades que enfrentam. Para analisar este aspecto e evidenciar a efetividade do AEE na visão dos professores pesquisados, formulou-se a questão nº 2.7: O AEE da UE contribui de forma significativa no processo de ensino aprendizagem dos alunos com NEE?

Acerca deste assunto, os professores das duas escolas consideram que o atendimento na sala de recursos tem uma contribuição significativa no desenvolvimento do aluno durante o processo de ensino-aprendizagem, uma vez

que melhora a aceitação da deficiência que possui bem como na sua autonomia e interação na vida escolar, como constatado nas falas transcritas abaixo:

Professor A2 da escola “*sim porque à medida que o aluno vai aprendendo a desenvolver sua capacidade de aprender com sua limitação, devido à deficiência que ele tem, ele aprende melhor na sala de aula*”

Professor B5 da escola B complementa: “*sim. Estimulando o contato com o outro, aceitação, interação social e comunicação.* ”

É evidente que o AEE é imprescindível na vida escolar do aluno com NEE e como todas as discussões já realizadas, os alunos demonstram resultados bastante positivos a partir do momento em que são atendidos na sala de recursos. Portanto, para entender um pouco mais sobre este aspecto, formulou-se a questão 2.8 : quais foram as mudanças mais significativas notadas no aluno com NEE após o início do atendimento na sala de recursos multifuncionais?

Os resultados e mudanças pontuados pelos docentes referem-se ao comportamento, autonomia e desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem dos alunos atendidos, sendo listados nas tabelas a seguir, por escola e por professor mostrando a visão de todos os professores.

Tabela 3 - Resultados e mudança nos alunos após o AEE (Escola A)

Professor	Resposta
Professor A1	Sente-se mais aceito, capaz e acolhido. Se esforçam para desenvolver seu potencial.
Professor A2	Sim ele melhorou no nível de aprendizagem.
Professor A3	O aluno compreendeu que apesar de suas limitações, tem capacidade para aprender igual aos outros, ainda que seja de forma mais lenta.
Professor A4	Os alunos que tinham dificuldade de escrever e tirar do quadro as atividades, agora já conseguem executar essas atividades com mais facilidade e mais participação na aula.
Professor A5	A concentração nas atividades em sala de aula.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Tabela 4 - Resultados e mudança nos alunos após o AEE (Escola B)

Professor	Resposta
Professor B1	A mudança na socialização com os alunos e funcionários da unidade escolar, no auto estima e comunicação.
Professor B2	Em alguns alunos eu percebi mais interesse na hora das tarefas
Professor B3	O despertar para aprender, melhorando a sua autoestima com isso participando das atividades da unidade escolar.
Professor B4	Desenvolvimento na leitura e na escrita
Professor B5	O interesse e motivação na realização das tarefas, socialização e autoestima.

Fonte: elaborado pela autora(2018).

Observando todas as respostas é possível ressaltar que o AEE, de acordo com a visão dos professores, tem produzido efeitos positivos nos alunos, e constitui um ambiente essencial de apoio ao ensino-aprendizagem da pessoa com NEE, seja provocando mudanças cognitivas ou comportamentais principalmente na autoestima e motivação dos alunos atendidos. Mudanças essas essenciais para o sucesso da vida escolar do público-alvo do AEE.

É importante ressaltar que o sucesso do AEE está conectado a diversos aspectos que contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento de cada aluno com NEE, um desses aspectos tão importante é a participação da família nesse processo. A fim de discutir sobre esse aspecto realizou-se a questão 2.9, que possibilitou a construção de um panorama da participação da família na vida escolar do aluno com NEE.

Tabela 5 - Sobre a participação dos pais na vida escolar (Escola A)

Professor	Resposta
Professor A1	Estão em sua maioria sempre presente e em busca do melhor para o filho.
Professor A2	A família é ativa e companha seu filho em tudo.
Professor A3	A família é chamada a reconhecer a deficiência e a ajudar a criança a conviver e superar suas limitações.
Professor A4	Não, não tem a preocupação de acompanhar o filho.
Professor A5	A maioria participa com bastante frequência.

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Tabela 6 - Sobre a participação dos pais na vida escolar (Escola B)

Professor	Resposta
Professor B1	A participação da família é razoável e aos poucos estão reconhecendo a importância do AEE na vida escolar dos seus filhos.
Professor B2	Nem todos têm essa participação ativa.
Professor B3	Na medida do possível a família está participando e reconhecendo a importância dos seus filhos frequentarem a sala de recursos multifuncionais.
Professor B4	Aos poucos os pais vêm percebendo a importância do acompanhamento da família, estão visitando e acompanhando mais
Professor B5	Aos as famílias estão participando e reconhecendo a importância do trabalho realizado na sala de recurso

Fonte: elaborado pela autora (2018).

As respostas obtidas acerca desse questionamento constituíram-se em duas linhas de opiniões: um número pequeno das famílias, segundo os professores, tem participação ativa na vida escolar dos filhos. Enquanto a grande maioria dos pais ainda não entende e aceita a deficiência do filho ou a importância do acompanhamento do AEE.

A partir das respostas acima, constatou-se uma problemática enfrentada pelas escolas, e principalmente pelo aluno, a ausência da família no processo de ensino e aprendizagem das crianças. O que interfere diretamente nos resultados escolares dos estudantes, pois entende-se que a evolução da aprendizagem depende tanto do apoio da escola quanto da família. Como afirma as orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva elaborada pela Secadi:

Recomenda-se, pois, à família, compartilhar do processo de escolarização da estudante, tendo em vista o acesso, participação e sucesso em todas as atividades escolares para seu pleno desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional, com autonomia e independência. (BRASIL, 2015, p. 114).

Como é possível verificar acima, a família é a peça chave para o sucesso do desenvolvimento pleno do aluno, tanto na vida escolar quanto na vida social.

Nas escolas pesquisadas, baseado com as observações e nas respostas dos informantes foi possível verificar que a participação efetiva da família ainda é baixa, o que acaba prejudicando bastante o desenvolvimento dos alunos, levando ao prejuízo também do AEE nas salas de recursos multifuncionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta principal deste trabalho foi compreender como o Atendimento Educacional Especializado promove a complementação ou suplementação de conteúdos curriculares oriundos das classes de ensino regular de modo a auxiliar a construção dos conhecimentos, habilidades e autonomia da pessoa com necessidades educacionais especiais. Ou seja, o objetivo analisar como o AEE acontece na prática, entendendo toda a dinâmica, desde os principais aspectos e se este atendimento auxilia de maneira efetiva os alunos no processo de ensino aprendizagem proporcionando resultados positivos visíveis.

Para que o trabalho não se fundamentasse apenas em pressupostos teóricos, foi realizada uma pesquisa, para que se pudesse entender o AEE na prática, levando em consideração o que foi estipulado nos objetivos específicos que propunha descrever as práticas do Atendimento Educacional Especializado na rede municipal de Araguatins /TO, além de analisar a efetividade do AEE através das SRMs na rede municipal de ensino na cidade de Araguatins/TO, permitindo assim traçar um panorama real da dinâmica e das práticas executadas pelo AEE no município de Araguatins/TO.

A pesquisa aplicada no trabalho baseou-se na pesquisa de campo, com uso de questionários, que foram usados para analisar o objetivo do trabalho através da concepção dos professores acerca do tema pesquisado e também através da observação simples.

Primeiramente analisou-se o perfil profissional de cada escola voltado ao atendimento do aluno com NEE, seja na sala regular ou na sala de recursos. O perfil encontrado nas escolas foi de profissionais composto basicamente de pedagogos e normalistas, que é a formação básica para o exercício da docência nos anos iniciais da educação básica, ou seja, as escolas não contam com profissionais com capacitação adequada para atuar com alunos com NEE da maneira adequada, além disso, ainda foi possível identificar que em uma das escolas o educador que atua na SRM não possui a formação específica, conforme determinada em Lei.

Considerando que o AEE complementa ou suplementa a evolução do aluno, respeitando os limites de cada um, propõe-se às escolas que busquem em caráter de urgência, oferecer e/ou incentivar seus profissionais a se capacitarem

para atender ao público da educação especial, a fim de manter em constante transformação o processo inclusivo no ambiente escolar.

As escolas pesquisadas deveriam também incentivar e tentar mostrar aos pais a importância do AEE e da sala de recurso multifuncional, e da participação deles na vida escolar de seus filhos, elaborado por exemplo projetos que envolvam tanto os alunos e quanto os pais tentando assim aproximá-los da rotina escolar dos filhos.

Para amenizar problemáticas como o horário de atendimento nas SRM's; a falta de materiais, que impossibilita o atendimento de forma eficaz; faz-se necessária que a escola tome medidas para adequar o AEE e resolver as problemáticas encontradas.

Podemos indicar como sugestões que as escolas planejem medidas a longo prazo que englobe a adequação das salas de recursos, o apoio adequado aos alunos para que esses consigam usufruir do AEE oferecido pela escola da maneira mais adequada possível, e investir também em capacitação e formação do corpo docente para que esses professores sejam capazes de ensinar todos os alunos com a mesma qualidade e significância. Buscando encontrar alternativas que garantam o direito ao atendimento educacional especializado estruturado de forma adequada e a um ambiente escolar efetivamente inclusivo.

A partir da pesquisa que foi a base para a tessitura deste trabalho, identificou-se que o AEE nas escolas do município de Araguatins acontece de maneira ordenada, buscando sempre atingir o objetivo para o qual foi criado, que é realizar o atendimento educacional especializado a alunos com necessidades educacionais especiais, desenvolvendo e estimulando a construção de conhecimento e a participação ativa do aluno na vida escolar, trabalhando sempre em constante articulação entre a sala de recurso.

Embora com algumas fragilidades, as SRM's pesquisadas conseguem alcançar resultados positivos, apesar das adversidades descritas e discutidas ao longo deste trabalho, conseguiram, na visão dos professores, alcançar resultados positivos nos alunos que frequentam o atendimento, seja no mesmo turno ou no contra turno, além de proporcionar estímulo e uma alternativa a mais para que os alunos desenvolvam-se em sala de aula.

Os docentes explicitaram diversos aspectos positivos percebidos nos alunos após os atendimentos na sala de recursos, dentre estes citam-se a capacidade dos alunos em superarem suas limitações, sentindo-se mais aceitos,

capazes e acolhidos; desenvolverem-se na escrita e leitura; além de melhorias na socialização, motivação, autoestima e comunicação nas atividades, seja em sala de aula ou fora dela.

Tudo isso demonstra que a sala de recursos multifuncionais junto ao AEE, constitui-se em um ambiente de suma importância para o desenvolvimento e manutenção do processo de ensino aprendizagem dos alunos com NEE, e que se não enfrentassem grande parte dos problemas descritos ao longo do trabalho, com toda certeza renderiam bem mais frutos, atingindo positivamente um número maior de alunos.

Portanto, é necessário que haja um engajamento maior, principalmente do poder público para manter e reestruturar os ambientes voltados ao AEE, seguido pela escola e também pelos educadores que devem ser capacitados e capazes de atender os alunos da maneira mais adequada possível, levando-os ao seu desenvolvimento escolar igualitário e integral.

Enfim, concluindo a tessitura deste trabalho pode-se afirmar que mesmo com todos os problemas relacionados ao AEE e à sala de recursos, estes se mostraram-se elementos eficientes e de suma importância para o processo de ensino aprendizagem dos alunos com NEE da rede de ensino municipal de Araguatins/TO.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006. 36 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: Ministro da Educação, 2008. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf> >. Acesso dia: 09 jan. 2018;

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental**. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001. 79 p. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> >. Acesso dia: 09 jan. 2018.

BRASIL. **Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: SECADI. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&category_slug=marco-2015-pdf&Itemid=30192 >. Acesso dia: 06 mar. 2018

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 4/2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso dia 06 mar. 2018.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. MENDES, Enicéia Gonçalves. **História da educação especial: em busca de um espaço na história da educação brasileira**. HISTEDBR- VII Seminário Nacional de Estudos e pesquisas “história, sociedade e educação no brasil”. São Paulo: UNICAMP/Campinas, 2006. Disponível em: < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/V/Vera%20lucia%20messias%20fialho%20capellini.pdf >. Acesso em: 27 nov. 2017.

CORRÊA, Maria Angela Monteiro. **Educação especial**. v.1- 5.a reimp. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. 208p. Disponível em :< <http://nead.uesc.br/arquivos/pedagogia/educacao-inclusiva/educacao-especial.pdf> >. Acesso em: 15 jun. 2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

GOMES, Adriana Leite Lima Verde. POULIN, Jean-Robert. FIGUEIREDO, Rita Viera

de **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: o Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal Do Ceará, 2010. V.2(coleção a educação especial na perspectiva da inclusão escolar). Disponível em :< <https://central3.to.gov.br/arquivo/292572/> >. Acesso em: 15 dez. 2017.

HASSLER, Márcio Luís. **O planejamento no atendimento educacional especializado**. EDUCERE – XIII Congresso Nacional de Educação, 2017. Disponível em < http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24640_12163.pdf >. Acesso dia 26 jul. 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna (Coleção cotidiano escolar), 2003.

POKER, Rosimar Bortolini... [et al.]. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. São Paulo : Cultura Acadêmica ; Marília : Oficina Universitária, 2013. 184p. Disponível em :< https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_9_poker_v7.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2018.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente** / Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues, Elisandra André Maranha In: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org.). 12 vols. Bauru: MEC/FC/SEE, 2008.

ROPOLI, Edilene Aparecida...[et.al.]. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192 >. Acesso em: 15 dez. 2017.

SMITH, Deborah Deutsch. **Introdução á educação especial: ensinar em tempos de inclusão** / Deborah Deutsch Smith; tradução Sandra Moreira de Carvalho. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 480p.

APÊNDICE A - Questionário usado na coleta de dados da pesquisa

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS ARAGUATINS
CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO**

QUESTIONÁRIO

Professores das escolas

Identificação do projeto: Sala de recursos multifuncionais, um ambiente de apoio ao ensino-aprendizagem da pessoa com necessidades educacionais especiais: visão dos professores da rede municipal de ensino de Araguatins/TO.

Orientadora: Prof^a MSc. Lucinalva Ferreira

Graduanda: Kallinfen Lohaynne de Sousa Silva

Contatos: (63)99996-7207 / email: lohaykally@gmail.com

Objetivo do TCC: Compreender como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) promove a complementação ou suplementação de conteúdos curriculares oriundos das classes de ensino regular de modo a auxiliar a construção dos conhecimentos, habilidades e autonomia da pessoa com necessidades educacionais especiais.

1. FORMAÇÃO

Formação:

Tempo de magistério:

Tempo de experiência na função:

Atua na escola há quanto tempo:

Tempo de atuação na SRM:

Carga horária:

2. A Sala de recursos multifuncionais e o Atendimento educacional especializado

2.1 - A sala de recursos multifuncionais (SRM), é um espaço com objetivo de realizar atendimento educacional especializado (AEE) a alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), a fim de desenvolver a construção de conhecimento e a participação ativa do aluno na vida escolar. Na sua opinião a SRM da escola atinge esse objetivo?

() Sim

() Não. Justifique

2.2 - De que forma acontece o atendimento educacional especializado na sala de recursos multifuncionais?

2.3 - A sala de recursos multifuncionais deve contar com equipamentos e materiais, que possibilite atender alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais. A SRM da unidade escolar conta com todo o material necessário para realizar de forma eficiente o atendimento desses alunos?

() Sim, a SRM conta com uma grande variedade de materiais e equipamentos para o atendimento a qualquer necessidade educacional especial.

() Não, a SRM não conta com todos os materiais e equipamentos necessários, contam apenas materiais básicos o que impossibilita atender de forma diversificada às necessidades educacionais especiais existentes na UE.

2.4 - Qual o período em que o aluno recebe o atendimento educacional especializado na SRM? Marque apenas uma alternativa:

() Sempre no período oposto ao da classe regular

() Sempre no mesmo período ao da classe regular

() À vezes no mesmo período ao da classe regular

2.5 - Em que se diferencia o trabalho realizado no AEE do trabalho realizado na sala regular?

2.6 - Existe articulação entre o professor da sala de ensino regular e professor da sala de recursos multifuncionais? Marque apenas uma alternativa:

() Sim

() Raramente

() Não

2.7 - O AEE realizado na sala de recursos multifuncionais contribui de forma significativa no processo de ensino aprendizagem dos alunos com NEE? Justifique.

2.8 - Qual a mudança mais significativa você notou no aluno com NEE após o início do atendimento na sala de recursos multifuncionais?

2.9 – Qual a participação da família da criança com NEE quanto ao Atendimento Educacional Especializado?

APÊNDICE B - Termo de consentimento livre e esclarecido da pesquisa**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Resolução 466/2012 CNS/CONEP)**

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado : Sala De Recursos Multifuncionais, um Ambiente de Apoio ao Ensino-Aprendizagem da Pessoa com Deficiência: visão dos professores da rede municipal de ensino de Araguatins/TO”. O objetivo deste trabalho é compreender como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) promove a complementação ou suplementação de conteúdos curriculares oriundos das classes de ensino regular de modo a auxiliar a construção dos conhecimentos, habilidades e autonomia da pessoa com deficiência. Para realizar o estudo será necessário que o (a) Sr.(a) se disponibilize a participar de questionários aplicados de acordo com a sua conveniência. Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá para contribuir com a melhoria da qualidade do Atendimento Educacional Especializado das pessoas com necessidades educacionais especiais que acontece nas Salas de Recursos Multifuncionais da rede municipal. O questionário será realizada de forma gratuita e para evitar qualquer risco do (a) Sr. (a) não se sentir a vontade ou constrangido com as perguntas do questionário, devido à incompreensão das perguntas, tais como timidez ou devido à leitura das questões e na exposição da sua prática cotidiana, pode falar ao pesquisador. Sua opinião será respeitada e as dúvidas serão esclarecidas. As informações coletadas serão utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual o(a) Sr.(a) receberá uma cópia.

As informações coletadas servirão para a elaboração de projetos e políticas voltadas para a melhoria da qualidade do atendimento educacional especializado das pessoas com deficiências, buscando sua inclusão dentro das classes regulares de ensino da rede municipal da cidade de Araguatins/TO. Neste contexto, o IFTO tem papel importante como instituição que objetiva o desenvolvimento e qualidade da educação inclusiva da região norte do Tocantins e da sua população. No questionário constará perguntas sobre o seu cotidiano escolar e sobre as vivências relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado que acontece na Sala de Recursos Multifuncionais. Seu nome, endereço e outras informações pessoais serão transformados em um código de identificação único, onde as informações coletadas no questionário serão identificadas apenas através deste código, sem nenhuma identificação pessoal. O(a) Sr.(a) terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares. Em Caso de dano pessoal diretamente causado pelos questionários, o participante terá direito às indenizações legalmente estabelecidas.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através do telefone: (63) 99996-7207 (celular). O senhor (a) também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Edu-

cação do Tocantins, endereço Q. 202 Sul Rua NS B, 167 - Plano Diretor Sul, telefone 3229 2237, Palmas – TO ou do Campus Araguatins do IFTO, no endereço Povoado Santa Tereza, s/n - Povoado Santa Tereza, Araguatins - TO, 77950-000, para obter informações sobre esta pesquisa e/ou sobre a sua participação. Desde já agradecemos!

Eu _____(nome por extenso) declaro que após ter sido esclarecido (a) pela pesquisadora, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa intitulada “Sala De Recursos Multifuncionais, um Ambiente de Apoio ao Ensino-Aprendizagem da Pessoa com Deficiência: visão dos professores da rede municipal de ensino de Araguatins/TO”.

Araguatins, _____ de _____ de 20____.

Lucinalva Ferreira
Kallinfen Lohaynne de Sousa Silva
Coordenador(res) da pesquisa
Instituto Federal de Educação do Tocantins - IFTO
Cel: (63) 9 9996-7207
e-mail: lucinalvaferreira@ifto.edu.br
e-mail: lohaykally@gmail.com

Assinatura do pesquisado

APÊNDICE C - Declaração de instituição participante da pesquisa**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA JUVENTUDE****DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE**

Eu, _____, abaixo assinado, responsável pela instituição _____, participante no projeto de pesquisa intitulado: **SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS, UM AMBIENTE DE APOIO AO ENSINO-APRENDIZAGEM DA PESSOA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: VISÃO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARAGUATINS/TO** proposto pela pesquisadora Kallinfen Lohaynne de Sousa Silva e sua orientadora Lucinalva Ferreira, vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - campus Araguatins, **DECLARO** ter lido e concordar com a proposta de pesquisa, bem como conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Norma Operacional CONEP nº001/2013, a Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e suas complementares. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes, dispondo de infraestrutura necessária para garantir a realização das ações previstas no referido projeto, visando a integridade e proteção dos participantes da pesquisa.

Araguatins, ____ de _____ de 2017.

Assinatura e carimbo do responsável institucional